



Reuniões de SMS e RH serão retomadas para discutir pautas locais



Encerradas as campanhas de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o Sindipetro/MG solicitou à gestão da Refinaria Gabriel Passos (Regap) a retomada das reuniões locais de SMS e RH. Nesses encontros são encaminhadas as denúncias da categoria petroleira e busca-se soluções para problemas que afetam as condições de trabalho das trabalhadoras e trabalhadores da unidade.

Na pauta sobre SMS, o Sindicato destaca as recentes ocorrências de incêndios no Coque, assim como as falhas de equipamentos críticos,

justamente após um período de seguidos acidentes muito graves durante as Paradas de Manutenção. O Sindicato quer saber qual o plano de ação da empresa para reverter o quadro de sucateamento e desmonte da gestão de SMS na refinaria.

Outra constante preocupação da categoria, que será tratada nas reuniões, é sobre a recomposição do efetivo e situação dos transferidos. O Sindicato também cobrará as medidas relativas à saúde mental das petroleiras e petroleiros. Também está na pauta a necessidade de reavaliação dos treinamentos de segurança em formato EAD. Além disso,

serão levadas à gestão da Regap demandas antigas como a colocação de toldo na portaria principal, essencial nos períodos de chuvas.

Sobre o RH, a diretoria do Sindipetro/MG cobrará respostas sobre os questionamentos que persistem na base relativos ao transporte e à alimentação dos trabalhadores. O Sindicato também chama a atenção para uma série de demandas acumuladas e sem respostas sobre a situação dos trabalhadores contratados, entre elas a exigência de Plano de Saúde e Odontológico para os trabalhadores e seus dependentes.

A gerência local já

sinalizou que as reuniões serão retomadas em março. No entanto, o Sindicato continuará cobrando respostas imediatas nas questões mais urgentes. “Após anos de descaso das gestões anteriores com as demandas da categoria, esse é o momento de virar a página. Esforços contínuos têm sido feitos nas negociações nacionais de pautas importantes para toda a categoria. Agora é a vez de avançarmos nas pautas locais com a melhoria das condições e relações de trabalho no processo de reconstrução da empresa”, avalia o diretor do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro.

Zema desestimula vacinação e é denunciado ao Ministério Público



O desestímulo à vacinação com fins políticos em vídeo protagonizado pelo governador Romeu Zema (Novo), acompanhado do deputado federal Nikolas Ferreira (PL) e do senador Cleitinho (Republicanos) foi duramente criticado por autoridades da área da saúde. Na postagem, a trinca bolsonarista comemora que, na rede estadual de ensino de Minas, não será cobrada a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar. A atitude irresponsável que

coloca a vida de crianças e adolescentes em risco ocorreu após o governo federal ter incluído o imunizante da Covid-19 no plano obrigatório previsto para crianças de até cinco anos de idade.

Para o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, essa é mais uma das atitudes do governador contra os interesses da população. “Não bastasse querer vender as nossas estatais, promovendo práticas anti-sindicais, Zema também tem a cara de pau de marcar posição política, sem se importar com a vida de crianças”, opina.

O colunista do Uol, Reinaldo Azevedo, afirmou que pregar contra a vacinação não é liberdade, é crime.

“O Código Penal pune duas coisas: quem contribui para transmitir patógenos e quem sabota políticas públicas, isso é uma sabotagem de uma política pública”, sentenciou.

A deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) acionou o Ministério Público (MP) contra o governador de Minas Gerais, Romeu Zema. A parlamentar alega que a carteira de vacinação é prevista pela Lei Estadual 20.018/2012, que prevê que todas as instituições de ensino de Minas Gerais solicitem o documento para pais de crianças de até dez anos.

É importante lembrar que a má gestão do presidente Bolsonaro na saúde pública levou à morte mais

de 700 mil vítimas de Covid. E a baixa procura por imunizações ressuscitaram doenças erradicadas no Brasil como sarampo e poliomielite. Dados do Observatório da Atenção Primária à Saúde da organização Umane mostram como o crescimento de falsos questionamentos sobre os imunizantes vem afetando os níveis de vacinação no país. Em 2021, o Brasil teve a menor cobertura vacinal em duas décadas. A média nacional ficou em 52,1%. Até 2015, esse índice nunca tinha ficado abaixo de 70%.

“Não caia na conversa do Zema e da sua corja. Vacina sim”, disse o médico e vereador de Belo Horizonte Bruno Pedralva (PT) em suas redes sociais.

Sindicato em alerta com a dengue

Diante da gravidade do aumento de casos registrados e mortes por dengue, o Sindipetro/MG enviou um ofício, em 7 de fevereiro, à gestão da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, para saber qual o impacto da epidemia de dengue para as trabalhadoras e trabalhadores da empresa. O Sindicato também exigiu informações sobre quais os procedimentos serão adotados para atenuar esses impactos dentro da empresa.

O avanço de casos

registrados de dengue e chikungunya em Minas Gerais levou o Estado a decretar emergência em saúde pública em 27 de janeiro. Dados do Painel de Monitoramento de Casos, da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), de 6 de fevereiro, confirmam a morte de 9 pessoas por complicações da dengue e apontam mais de 39.200 casos confirmados da doença, em Minas.

Além de manter a limpeza para evitar os

criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, a vacina surge como outro importante instrumento no combate à doença. O governo federal já anunciou uma campanha

de vacinação, começando por crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

A demanda será levada a todas as unidades e empresas do Sistema Petrobrás com atuação em Minas

